

**EDITAL DE LICITAÇÃO****PROCESSO LITATÓRIO: Nº 018/SAMAE/2017****PREGÃO PRESENCIAL: Nº 013/SAMAE/2017****TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM**

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, pessoa jurídica de direito interno, Autarquia Municipal, com sede administrativa à Avenida Hercílio Luz, nº 465, Centro, na Cidade de Tijucas, Estado de Santa Catarina, inscrita sob o CNPJ 02.396.675/0001-27, neste ato representado pelo Presidente, **JORGE STEIL**, brasileiro, casado, agricultor, portador da cédula de identidade RG nº 893.968 (SSP/SC), inscrito no CPF/MF sob nº 450.203.459-20, residente e domiciliado na Rua Monsenhor Augusto Zucco, nº 674, Bairro Centro, na Cidade de Tijucas, Estado de Santa Catarina, para conhecimento dos interessados, que a Pregoeira e sua Equipe de Apoio, Portaria Municipal nº 032/2017, reunir-se-ão no dia, hora e local designados neste Edital, na sala de licitações, na Rua: Coronel Buchelle, nº 01, Bairro: Centro, Tijucas/SC, de conformidade com Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as atualizações que lhe foram introduzidas e pelas demais disposições da legislação aplicável, torna público que fará realizar licitação na modalidade **Pregão Presencial**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE CAMINHÃO DE HIDROJATO, COM BOMBA DE HIDRO COM NO MÍNIMO 3556PSI E 250 BAR PARA LIMPEZA E DESASSOREAMENTO DE ESTAÇÃO ELEVATÓRIAS DE ESGOTO SANITÁRIO (EEE), DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO (ETE), EMISSÁRIOS E TUBULAÇÕES DO SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO (SES) DO SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA, DEVIDAMENTE HABILITADOS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES NOS ANEXOS** a ser regida pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 159/06, de 09 de agosto de 2006, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar 123 de 14/12/2006 e alterações posteriores e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes, conforme anexo I, parte integrante do Edital.

1 - DA ABERTURA**1.1 - A abertura da documentação será às 08h00 (oito horas) do dia 27 de abril de 2017;****1.2 - Os envelopes com documentos de habilitação e propostas deverão ser entregues até às 07h45min (Sete horas e quarenta e cinco minutos) do mesmo dia**, no departamento de licitações desta Prefeitura, no endereço acima mencionado;**1.3 - Os representantes credenciados deverão se apresentar a pregoeira na sessão**, munidos de documento de identidade para sua identificação junto aos documentos de credenciamento, de posse da pregoeira;**1.4 - LOCAL:** Sala de licitações, no prédio da PREFEITURA - situado a Rua: Coronel Buchelle, nº 01, Bairro: Centro, Tijucas/SC.



1. DO OBJETO

2.1 - É objeto deste Pregão a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE CAMINHÃO DE HIDROJATO, COM BOMBA DE HIDRO COM NO MÍNIMO 3556PSI E 250 BAR PARA LIMPEZA E DESASSOREAMENTO DE ESTAÇÃO ELEVATÓRIAS DE ESGOTO SANITÁRIO (EEE), DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO (ETE), EMISSÁRIOS E TUBULAÇÕES DO SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO (SES) DO SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA, DEVIDAMENTE HABILITADOS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES NOS ANEXOS**, de acordo com as especificações constantes neste edital.

2.1 - Face ao disposto no art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93, em sua atual redação, as quantidades de que trata o item anterior poderão sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial constante da Ata de Registro de Preço;

2.1 - Os preços de verão ser ofertados com **MENOR PREÇO POR ITEM**, sendo deverá estar incluso taxas, fretes e demais encargos.

2.2. Integram o presente Edital:

Anexo I – Modelo de Proposta de Preços

Anexo II – Declaração de que a licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal

Anexo III – Modelo de declaração de atendimento às condições de habilitação

Anexo IV – Modelo de declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte

Anexo V – Termo de Referência - Requisitos Gerais – Estimativa de Preço

Anexo VI - Modelo de Declaração de Fato Impeditivo

Anexo VII – Minuta de Contrato

3 - DO PRAZO DE ENTREGA/SERVIÇO

3.1 - O serviço será prestado de acordo com a necessidade do SAMAE no município de Tijucas/SC, o prazo máximo para iniciar a prestação dos serviços será de até 05 (cinco) dias úteis após a solicitação.

3.2. Após a homologação da licitação, será firmado Termo de Contrato, cujo prazo de vigência é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do Termo de Contrato, podendo ser prorrogado na forma do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

4 - DO PAGAMENTO

4.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dia útil do mês subsequente ao mês prestado, contados da apresentação da nota fiscal no Setor de Compras do SAMAE.

4.2 - Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação;

Parágrafo Único: Os pagamentos advindos dos acréscimos previstos no art. 65, da Lei nº 8.666/93, em sua redação atual, serão efetuados nas mesmas condições contratuais sobre os valores apresentados nas respectivas propostas.



5 - DO PREÇO E DO REAJUSTE

5.1 - Os preços deverão ser expressos em reais.

5.2 - Os preços deverão ser fixos e irrevogáveis, salvo o desequilíbrio financeiro;

5.3 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93.

5.4 - No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao SAMAET, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à procuradoria jurídica do município para o devido parecer.

6 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa do referente objeto ocorrerá por conta da previsão orçamentária prevista para ano de 2017, nas seguintes dotações:

Cód. Red	Unid. Orçamentária	Proj./Ativ.	Elemento Despesa
13	15.01	2.055	3.3.90.00.00.00.00

7 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1 – Somente poderão participar desta licitação empresas que se enquadrem no ramo pertinente ao objeto desta licitação e que atenderem a todas as exigências deste Edital e de seus Anexos, bem como preencherem as condições de credenciamento constante do Edital.

7.2 - Não será admitida a participação de:

7.2.1 - Empresas cuja falência tenha sido declarada, que se encontram sob concurso de credores ou em dissolução ou em liquidação;

7.2.2 - Empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

7.2.3 - Empresas cujos diretores, gerentes, sócios e empregados sejam servidores ou dirigentes do órgão licitante ou de qualquer órgão da Administração Pública Municipal.

7.2.4 – Empresas reunidas em consórcio e que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si.

7.2.5 – A participação na Licitação implica na aceitação incontestada de todos os termos deste Edital e dos demais Documentos que o complementam.

8 – DO CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAR DO CERTAME

8.1 – Em data e horário estabelecidos para a realização da sessão pública do pregão, a licitante interessada ou seu representante deverá identificar-se, e, no caso de representante, este deverá comprovar o credenciamento e os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os atos relativos ao certame.

8.1.1 - Para comprovar a condição de interessado ou a qualidade de representante da licitante, o credenciado entregará ao pregoeiro:



- a) Cópia do documento de identidade de fé pública;
- b) Se representante (preposto/procurador), procuração pública ou particular, com poderes específicos para representar a empresa na licitação em todas as suas fases, e todos os demais atos, em nome da licitante; bem como cópia do contrato social autenticado;
- c) Se dirigente/proprietário, cópia autenticada do contrato social, estatuto ou ata de eleição do dirigente da licitante.
- d) Os documentos de credenciamento não deverão estar envelopados.

8.2 – As licitantes deverão fazer-se presentes na sessão pública do Pregão, no horário fixado no preâmbulo deste Edital, para:

- 8.2.1 - Credenciamento;
- 8.2.2 – Entrega da declaração (Anexo III);
- 8.2.3 – Entrega dos envelopes com as propostas e documentos.

8.3 – Somente a pessoa credenciada poderá intervir no procedimento licitatório, sendo admitido, para esse feito, um único representante por licitante interessada, para cada item.

8.4 – Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa neste Pregão, por item, sob pena de exclusão sumária de ambas as licitantes representadas;

8.5 – A comprovação de que o interessado não possui poderes específicos para representar a licitante no certame, implicará na impossibilidade de participar da fase competitiva, consubstanciada nos lances verbais, bem como possa manifestar interesse recursal, lavrando-se em ata o ocorrido e, permanecendo tão somente no certame a sua proposta escrita.

8.6 – Aplica-se igualmente o disposto no item 7.2.5 às licitantes que não se fizerem representar na sessão pública.

8.7 – O não comparecimento do titular e/ou do representante não enseja a INABILITAÇÃO, nem a DESCLASSIFICAÇÃO do Licitante.

8.8 – A ausência do credenciado, em qualquer momento da sessão importará a imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo autorização expressa do pregoeiro.

8.9 – A não apresentação ou, ainda, a incorreção insanável de quaisquer dos documentos de credenciamento, impedirá a participação da licitante no presente certame.

8.10 – Após o encerramento do credenciamento, identificação dos representantes das empresas proponentes e entrega dos envelopes contendo as propostas e a documentação, será declarada a abertura da sessão pública pelo pregoeiro, e não mais serão admitidos novos proponentes.

9 - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

9.1 – Aberta à sessão pública do Pregão, e finalizado o credenciamento dos interessados ou seus representantes estes entregarão a pregoeira:



9.1.1 – Uma declaração datada e assinada de que a licitante cumpre plenamente os requisitos de habilitação, conforme modelo constante do Anexo III;

9.1.2 – A proposta de preços e os documentos de habilitação que deverão ser apresentados em envelopes separados e fechados de forma a não permitir a violação de seu conteúdo, preferencialmente opacos e rubricados no fecho, contendo na parte externa as seguintes informações:

ENVELOPE Nº 01**PROPOSTA DE PREÇOS****PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 018/SAMAE/2017****PREGÃO PRESENCIAL: Nº 013/SAMAE/2017 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE CAMINHÃO DE HIDROJATO, COM BOMBA DE HIDRO COM NO MÍNIMO 3556PSI E 250 BAR PARA LIMPEZA E DESASSOREAMENTO DE ESTAÇÃO ELEVATÓRIAS DE ESGOTO SANITÁRIO (EEE), DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO (ETE), EMISSÁRIOS E TUBULAÇÕES DO SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO (SES) DO SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA, DEVIDAMENTE HABILITADOS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES NOS ANEXOS.****RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE****Nº DO CNPJ****ENVELOPE Nº 02****DOCUMENTAÇÃO****PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 018/SAMAE/2017****PREGÃO PRESENCIAL: Nº 013/SAMAE/2017 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE CAMINHÃO DE HIDROJATO, COM BOMBA DE HIDRO COM NO MÍNIMO 3556PSI E 250 BAR PARA LIMPEZA E DESASSOREAMENTO DE ESTAÇÃO ELEVATÓRIAS DE ESGOTO SANITÁRIO (EEE), DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO (ETE), EMISSÁRIOS E TUBULAÇÕES DO SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO (SES) DO SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA, DEVIDAMENTE HABILITADOS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES NOS ANEXOS.****RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE****Nº DO CNPJ****10 – DA PROPOSTA DE PREÇOS – Envelope nº 1**

10.1 - A proposta de preços contida no Envelope nº 1 deverá, obrigatoriamente, ser apresentada em papel timbrado, datilografado ou impresso por qualquer processo eletrônico, em idioma nacional, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, sendo todas as suas folhas identificadas com razão social completa e CNPJ da licitante, devendo a última ser datada e assinada pelo representante da empresa devidamente identificado. E, preferencialmente, com todas as suas folhas numeradas e rubricadas e contendo endereço, telefone, fax e e-mail da licitante.

10.1.1 – Não serão aceitas propostas sem a assinatura do representante da empresa devidamente identificado;



10.1.2 – Na hipótese prevista no subitem 5.1.1, estando presente o representante legal na sala onde estão sendo abertos os envelopes e, desde que devidamente comprovada a sua representatividade através de procuração com poderes específicos inerentes ao presente Pregão, a falta da assinatura poderá ser sanada no ato da constatação de tal fato;

10.1.3 – Caso a obrigação venha a ser cumprida pela filial da empresa vencedora, deverão ser apresentados os documentos comprobatórios de regularidade fiscal de ambas.

10.2 - A proposta apresentada de acordo com o modelo constante do Anexo I deste Edital deverá conter:

- a) a identificação do objeto ofertado, observadas as especificações constantes do Anexo I e Termo de Referência Anexo ao presente Edital, informando as características, modelo, marca e quaisquer outros elementos referentes ao bem cotado, de forma a permitir que o pregoeiro possa facilmente constatar que as especificações no presente Pregão foram ou não atendidas;
- b) o preço unitário e total, expresso em reais, com no máximo 02 (dois) algarismos decimais;
- c) O prazo de entrega/serviço será conforme a necessidade do SAMA E.
- d) O prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data limite para apresentação das propostas neste Pregão;

10.3 – Havendo divergência entre o valor unitário e total, prevalecerá o valor unitário.

10.4 - Nos preços cotados devem estar inclusos todos os custos relacionados com a remuneração e encargos sociais e outros pertinentes ao fornecimento do(s) objeto(s), bem como taxas, impostos, fretes e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre o(s) mesmo(s).

10.5 – Serão desconsideradas as propostas que apresentarem alternativas de preços ou qualquer outra condição não prevista neste Edital.

10.6 – As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se enquadrarem como tal e desejarem obter benefícios da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar a declaração constante no Anexo V deste Edital, juntamente com a proposta.

10.7- A simples participação neste certame implica em:

- a) Aceitação de todas as condições estabelecidas neste Pregão;
- b) Que no preço final dos produtos propostos estão inclusos todos os impostos, taxas e fretes e que também estão deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos;
- c) Todos os preços unitários/globais não poderão ultrapassar a Estimativa de Preços conforme Anexo I – Termo de Referência do Edital. O item da proposta que ultrapassar o valor estimado será desclassificado;
- d) Os itens não cotados deverão aparecer na proposta sem valor ou com valor igual a zero, visando a agilidade dos trabalhos da Pregoeira e Equipe de Apoio.

11 – DA FASE COMPETITIVA DO CERTAME

11.1 – Aberta à sessão pública do Pregão, imediatamente após a entrega dos envelopes, a pregoeira abrirá o Envelope nº 1 - Proposta de Preços, verificará a sua conformidade com as exigências do presente Edital e as ordenará por ordem de menor preço por item.



11.2 – Participarão dos lances verbais e sucessivos por item ofertado o autor da proposta de menor preço e os autores das propostas que apresentem valores até 10% (dez por cento) superiores, relativamente, a de menor preço.

11.2.1 – Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições previstas anteriormente, serão chamados a participar dos lances verbais e sucessivos os autores das melhores propostas, quaisquer que sejam os preços oferecidos, até o máximo de 03 (três).

11.3 – Os lances verbais e sucessivos pelo menor preço serão iniciados pelo autor da proposta com maior preço dentre aqueles aptos a oferecer propostas e assim, sucessivamente, em ordem decrescente, até a proclamação do vencedor.

11.4 – Caso duas ou mais propostas dentre as inicialmente ordenadas para oferecer lances verbais apresentem preços iguais, será realizado previamente sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

11.5 – Os lances, em valores distintos e decrescentes serão efetuado no momento em que for conferida a palavra ao interessado ou representante da licitante, na ordem decrescente dos preços, sendo admitida disputa para toda a ordem de classificação estabelecida pela pregoeira.

11.6 – É vedada a oferta de lance visando empate com proposta de outra licitante.

11.7 – Os lances observarão o decréscimo conforme determinação da Pregoeira.

11.8 – Não será admitida a desistência do(s) lance(s) efetivado(s), sujeitando-se a licitante desistente às penalidades previstas neste Edital.

11.9 – A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela pregoeira, implicará na exclusão da licitante da etapa de competição para o item e na consideração do último preço apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

11.10 – Caso as licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo a pregoeira negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.

11.11 - Caso as propostas apresentadas por Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta escrita de menor preço, lhes será assegurada preferência de contratação, situação denominada de empate.

11.12 - A Microempresa e Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

11.13 - Em caso de a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame será adjudicado o objeto a seu favor. (Artigo 45, I).

11.14 - Em não ocorrendo à contratação da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrarem na Lei Complementar 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito. (Artigo 45, II)



11.15 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte no intervalo de 5% (cinco por cento), será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta. (Artigo 45, III).

11.16 - Na hipótese da não contratação, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame. (Artigo 45, parágrafo 2º)

11.17 – O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pela Pregoeira, as licitantes deixarem de apresentar novos lances.

11.18 – Encerrada a etapa competitiva e ordenadas, em ordem crescente, as ofertas de preços propostos, a pregoeira verificará:

- a) a aceitabilidade da proposta de menor valor comparando-a com valores consignados em planilha de acompanhamento de preços do Órgão licitante, decidindo a respeito;
- b) o atendimento das especificações e qualificações do bem ofertado, definidas no Edital e seus Anexos, bem como as demais condições estabelecidas.

11.19 – Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, a pregoeira poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter melhor preço.

11.20 – Se a oferta não for aceitável ou se a licitante não atender às exigências para habilitação, a pregoeira examinará as ofertas subseqüentes e a qualificação dos licitantes, por ordem de classificação, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda as condições do Edital, que será declarada vencedora da licitação.

11.21 – Serão desclassificadas:

- a) as propostas que não atenderem às exigências relativas ao objeto desta licitação;
- b) as propostas que forem omissas ou se apresentarem incompletas ou não informar as características do bem cotado, impedindo sua identificação com o item/ lote licitado;
- c) as que conflitem com a legislação em vigor;
- d) as que deixarem de atender aos requisitos estabelecidos no item proposta de preços deste Edital;

11.21.1 – Não serão consideradas, para efeitos de julgamento, quaisquer vantagens não previstas no Edital.

11.22 – Encerrada a fase competitiva do Pregão e ordenadas as propostas, imediatamente será aberto pela Pregoeira o Envelope nº 2 – Documentos de Habilitação da(s) licitante(s) vencedora(s).

12 – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE Nº 2

12.1 – REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO: Os documentos de habilitação, em uma via, preferencialmente, numerados em seqüência e rubricados em todas as suas páginas por representante legal da licitante ou preposto, deverão ser apresentados:

- a) em original; ou
- b) cópia autenticada por cartório; ou
- c) cópia autenticada por servidor autorizado da **Prefeitura Municipal de Tijucas - SC**, mediante a exibição dos originais antes da entrega dos envelopes; ou



d) cópia autenticada pela pregoeira ou membro da equipe de apoio, na abertura do envelope nº 2 – documentos de habilitação, mediante a exibição dos originais.

12.1.1 - Somente serão aceitos documentos originais ou cópias legíveis, que ofereçam condições de análise por parte da pregoeira;

12.1.2 - Somente será (ão) autenticado(s) documento(s) através da apresentação de seu(s) original (is);

12.1.3 - Serão aceitos comprovantes de regularidade fiscal, obtidos na rede internet, condicionado a que os mesmos tenham sua validade confirmada pela pregoeira, na fase de habilitação.

12.2 - A documentação para fins de habilitação a ser incluída no Envelope nº 2 pelas licitantes é constituída de:

12.2.1 - Habilitação de Regularidade Fiscal e Previdenciária:

12.2.1.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

12.2.1.2 - Certidão Negativa Conjunta de regularidade fiscal e previdenciária perante a Fazenda Nacional (Portaria MF 358, de 05/09/14), com validade na data da apresentação. Somente será aceita a Certidão Negativa de Débito obtida através da INTERNET, ou fotocópia autenticada.

12.2.1.3 - Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente; (Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei).

12.2.1.4 - Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;

12.2.1.5 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

12.2.1.6 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme instituiu a Lei 12.440/2011;

12.2.2 - Para fins de habilitação, a licitante deverá apresentar, ainda, a(s) seguinte(s) documentação(ões) complementar(es):

12.2.2.1 - Declaração impressa em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a administração;

12.2.2.2 - Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos (CF, art. 7º, inciso XXXIII, c/c a Lei nº 9.854/99), conforme Anexo V do Edital;



12.2.3 - Habilitação Econômica Financeira:

12.2.3.1. Certidão Negativa de falência ou concordata expedida pelo Distribuidor do Foro ou Cartório da sede da licitante.

12.2.4 - Qualificação Técnica:

12.2.4.1 - Certificado de Registro e regularidade da empresa (Certidão Pessoa Jurídica) junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA ou Conselho Regional de Química - CRQ, dentro do seu prazo de validade.

12.2.4.2 - Comprovação de que o responsável técnico indicado seja inscrito na entidade competente através de certidão de pessoa física.

12.2.4.3 - Que o responsável pelos serviços, figura como Responsável Técnico pela empresa, através de:

- a) Comprovação de vínculo empregatício através de CTPS ou,
- b) Contrato de prestação de Serviço ou,
- c) se sócio comprovação através de certidão simplificada

12.2.4.4 - A empresa contratada deverá apresentar, no mínimo, um profissional responsável técnico de nível superior, conforme legislação vigente, em seu quadro de funcionários, ou como prestador de serviços. Este profissional deverá emitir Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), Anotação de Função Técnica (AFT), ou documento equivalente, junto ao respectivo conselho de classe competente, comprovadamente habilitado para a atividade objeto desta licitação.

12.2.4.5 - Apresentação de atestado de capacidade técnica, que comprove já ter fornecido materiais da natureza da presente licitação, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, informando sempre que possível, quantidades, valores e demais dados técnicos, nome, cargo e assinatura do responsável pela informação, bem como se foram cumpridos os prazos de entrega e a qualidade dos materiais, devidamente registrado e acervado na entidade competente.

12.2.4.6 - Declaração de que possui local próprio para descarga dos dejetos (ETE).

12.2.4.7 - Ou contrato com terceiro.

12.2.4.8 - Os documentos para confirmação das duas situações apresentadas no ITEM 12.2.4.6 - e 12.2.4.7 - são:

- 12.2.4.8.1. a) Contrato com empresa devidamente Licenciada para destino final. (caso contratada)
- b) LAO (licença ambiental de operação) do tratamento e ou destinação final em vigência (da empresa contratada).
- c) Contrato Social (da empresa contratada).

12.2.4.9 - LAO (licença ambiental de operação) para transporte emitida pela FATMA, em nome da licitante.



12.2.4.10 - Cadastro Técnico Federal do IBAMA, Lei nº 10.165 de 27/02/2000, por ser tratada de atividade potencialmente poluidora de acordo com a Resolução nº13 Consema.

12.2.4.11 - Alvará Sanitário de Funcionamento da Sede da Licitante.

12.2.4.12 - Licença Sanitária dos Veículos para Transporte de Dejetos – Expedido pela Vigilância Sanitária das sede da licitante.

12.2.4.13 - Declaração que no prazo de 3 (três) dias úteis após a assinatura da Ata fará apresentação do veículo na sede da SAMAETJ de Tijucas, Sob Pena de INABILITAÇÃO.

12.2.4.14 - Declaração que os veículos estejam em nome da licitante ou de seus sócios.

12.2.4.15 - Que os caminhões tenham no Máximo 10(dez) anos de uso.

12.2.4.16 - Declaração que tudo será destinado no local endereçado na documentação apresentada na habilitação.

12.2.4.17 - Declaração de disponibilidade para troca do veículo no Máximo 1(uma) hora, para suprir a necessidade demandada.

12.2.4.18 - Declaração de Inscrição de ANTT, em nome da licitante.

12.2.4.19 - Após destinação final, a empresa deverá apresentar ao SAMAETJ, juntamente com a nota fiscal de serviço, o MTR referente ao recebimento do resíduo pelo local de destinação final.

12.2.4.20 - Os pagamentos serão efetuados mensalmente, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos serviços realizados no mês anterior, após a emissão e recebimento pelo SAMAETJ da nota fiscal e da MTR devidamente assinada e carimbada pela unidade de destinação final.

12.3 - Os comprovantes exigidos, quando for o caso, deverão apresentar prazo de validade até a data limite fixada para a entrega dos envelopes. Não constando à vigência, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias da data da emissão.

12.4 – Sob pena de inabilitação, os documentos a que se refere o subitem 7.2 deste edital deverão constar o nome/razão social da licitante, o número do CNPJ e o respectivo endereço, observado que:

Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

Se a licitante for a matriz e o fornecimento for realizado pela filial, os documentos exigidos neste Edital deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente.

12.5 – A licitante poderá apresentar os comprovantes de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS centralizados junto à matriz, desde que junte comprovante da centralização do recolhimento das contribuições e apresente certidão em que conste o CNPJ da entidade centralizadora.



12.6. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, por ocasião da participação do certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

12.6.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação.

12.6.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado a Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

12.7 – Da Abertura do Envelope nº 2 – Documentos de Habilitação

12.7.1 – Sendo considerada aceitável a proposta de preços da licitante que apresentou menor preço, o pregoeiro procederá à abertura do Envelope nº 2 – Documentos de Habilitação da autora da proposta de menor preço, realizando a verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas neste Edital;

12.7.2 – Constatada a conformidade da documentação com as exigências contidas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto;

12.7.3 – Em caso da licitante desatender às exigências habilitatórias, a pregoeira a inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem crescente de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora;

12.7.4 – O envelope de documentação deste Pregão que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, a partir da homologação da licitação, após o que ficará à disposição da licitante para retirada até o prazo de 5 (cinco) dias úteis;

12.7.4.1 – Os envelopes com os documentos de habilitação das empresas que forem excluídas da fase competitiva do certame, conforme o item 6.21 deste Edital será devolvido imediatamente à interessada.

13 – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

13.1 – Da sessão pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, das propostas escritas e verbais apresentadas na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e as licitantes com intenção de recorrer, sendo os motivos registrados em ata.

13.1.1 – A ata circunstanciada deverá ser assinada pela pregoeira e por todos os prepostos das licitantes presentes, através dos interessados ou representantes devidamente credenciados.

13.2 – Iniciada a sessão pública do Pregão, esta não será suspensa ou transferida, salvo motivo excepcional assim caracterizado pela pregoeira.



13.2.1 – Verificando-se o adiamento da sessão pública do Pregão, a pregoeira determinará nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

13.2.2 – Será lavrada ata a ser assinada por todos os presentes relatando todos os atos e fatos ocorridos até o momento da suspensão da sessão pública, inclusive os motivos do adiamento.

13.3 – A pregoeira poderá interromper a sessão, temporariamente, para determinar alguma providência administrativa para o bom andamento dos trabalhos.

14 – DA(S) AMOSTRA(S) / PROSPECTO(S) E DOCUMENTO(S) ADICIONAL(IS)

14.1 - Sempre que entender necessário, a Pregoeira poderá solicitar a apresentação de amostra(s) ou prospecto(s), dos produto(s) cotado(s), devidamente identificada(s), de acordo com as especificações técnicas exigidas para efeito de controle de qualidade.

14.2 - Será desclassificada, caso apresente amostra/prospecto fora das especificações técnicas previstas no Anexo I deste Edital, estando sujeita às penalidades previstas.

15 – DO JULGAMENTO

15.1 - No julgamento das propostas considerar-se-á vencedora aquela que, obedecendo às condições, especificações e procedimentos estabelecidos neste Edital, apresentar “*MENOR PREÇO POR ITEM*”.

15.2 - Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do ato convocatório da licitação.

15.3 – Verificado que a proposta de menor preço atende às exigências fixadas neste Edital (quanto à proposta e à habilitação) e, que a amostra apresentada, caso solicitada no decorrer do processo, tenha sido tecnicamente aprovada, a licitante será declarada vencedora sendo-lhe adjudicado o objeto.

16 – DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

16.1 – Qualquer pessoa poderá, no prazo de até 02 (dois) dias úteis da data fixada para a realização da sessão pública, solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o Edital do Pregão.

16.2 - Ao final da sessão, a licitante que desejar recorrer contra decisões da pregoeira deverá manifestar imediata e motivadamente tal intenção, com o devido registro em ata, sendo-lhe concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhe assegurada vista dos autos.

16.3 - Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela licitante.

16.4 - A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso.



16.5 - Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pela licitante.

16.6 - Os recursos contra decisões do pregoeiro não terão efeito suspensivo.

16.7 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.8 – As impugnações, recursos e contrarrazões deverão ser entregues na Prefeitura Municipal de Tijucas, SC, com sede na Rua: Coronel Buchelle, nº 01, Centro, Tijucas, SC, CEP: 88.040-000.

17 – DA CONTRATAÇÃO

17.1 - Após a homologação da licitação, será firmado Termo de Contrato, cujo prazo de vigência é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do Termo de Contrato, podendo ser prorrogado na forma do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

17.2 - Convocação para assinatura do Contrato e/ou retirada da Autorização de Fornecimento/Empenho:

17.2.1 - Concluído o processo licitatório, homologado o seu resultado e adjudicado o objeto à(s) respectiva(s) concorrente(s) vencedora(s), receberá por e-mail a Autorização de Fornecimento ou Empenho, sendo o Contrato enviado por correio, que após assinado deverá ser devolvido a Prefeitura Municipal de Tijucas - SC.

17.2.2 – Se a licitante vencedora não apresentar situação de habilitação regular, tiver a sua amostra ou prospecto desclassificados ou, dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar o Contrato e/ou a retirar a Autorização de Fornecimento, poderá ser convocada outra licitante. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo a sua habilitação e, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, que será declarada a vencedora do certame, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço;

17.2.3 – Se a licitante vencedora se recusar a assinar o Contrato e apresentar justificativa por escrito não aceita pela Contratante ou deixar de fazê-lo, além de decair do direito de vencedora, sujeitar-se-á às penalidades previstas neste Edital;

17.3 – A rescisão do Contrato de fornecimento poderá ocorrer na forma e hipóteses previstas pela Lei Federal nº 8.666/93.

17.4 – Ficam resguardados os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, na forma estabelecida no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

17.5 – A licitante vencedora deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente à Contratante qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

**18 - DAS SANÇÕES**

18.1 - As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à Licitante/Contratada são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, neste Pregão e no Contrato.

18.2 - Penalidades que poderão ser cominadas às licitantes:

I – Multa, que será deduzido dos respectivos créditos, ou cobrado administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

- a) 0,2% por dia útil de atraso do recebimento da Autorização de Fornecimento ou empenho, a contar do 3º dia útil após a comunicação via fax, até o limite de 20%, calculado sobre o valor em atraso;
- b) 5% no caso da Contratada não realizar a entrega do produto ou pedir a rescisão do Contrato de fornecimento, calculada sobre o total ou a parte inadimplente;
- c) 20% sobre o valor total do fornecimento contratado, pelo desatendimento às condições de fornecimento, exceto prazo de entrega.

II – Suspensão, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002, a licitante e/ou Contratada, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, na hipótese de:

- a) recusar-se a retirar ou a receber a Autorização de Fornecimento ou empenho, quando enviado por fax dentro do prazo de validade da proposta;
- b) deixar de apresentar os documentos discriminados no Edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;
- c) apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registrado em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;
- d) retardar a execução do certame por conduta reprovável da licitante, registrada em ata;
- e) não manter a proposta após a adjudicação;
- f) desistir de lance verbal realizado na fase de competição;
- g) comportar-se de modo inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;
- h) cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;
- i) fraudar a execução do contrato;
- j) descumprir as obrigações decorrentes do contrato.

18.3 – Na aplicação das penalidades previstas neste Edital, a Prefeitura considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou Contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitida às justificativas da licitante ou Contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei nº 8.666/93.

18.4 – As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/Contratada.

18.5 – Nenhum pagamento será realizado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

19 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 – As dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do Edital, deverão ser dirigidas por escrito ao Setor de Licitação, com antecedência de até 2 (dois) dias úteis anteriores à data marcada para recebimento dos envelopes.



19.1.1 – Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente Pregão ficarão disponíveis para todos os interessados, no Setor de Licitação e Compras, na Secretaria de Administração e Finanças.

19.2 – Os preços propostos serão fixos e irredutíveis, salvo disposição em contrário oriunda de Lei Federal ou Medida Provisória.

19.3 - É facultado a pregoeira ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

19.3.1 – As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

19.4 – A licitante que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre o valor inicial do contrato que se fizerem necessários, por conveniência da Contratante, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

19.5 – A Prefeitura poderá revogar o presente Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

19.6 - O presente Edital e seus Anexos poderão ser alterados, pela Administração licitante, antes de aberta à licitação, no interesse público, por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros, atendido o que estabelece o art. 21, § 4º, da Lei nº 8.666/93, bem como adiar ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou a abertura das Propostas e Documentos de Habilitação.

19.7 – Cópias deste Edital e seus Anexos, bem como informações e esclarecimentos serão prestados pelo Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Tijucas/SC, sito à Rua: Coronel Buchele, nº 01, Centro - CEP: 88200-000 - Tijucas/SC de segunda a sexta-feira, durante o horário de expediente, das 07:00 às 13:00 horas, ou pelo telefone nº (48) 3263-8100/8140/8113.

19.8 – A Contratante não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste Pregão, senão aquelas que estiverem rubricadas pela autoridade competente.

19.9 – Fica eleito o foro da Comarca de Tijucas/SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para apreciação judicial de quaisquer questões resultantes deste Edital.

Tijucas, ____ de _____ de 2017.

JORGE ESTEIL
Presidente do SAMAE



ANEXO I
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/SAMAE/2017

Item	Qtidade	Unidade	Especificação (Modelo, Fabricante, Etc)	Preço Em R\$	
				Unit.	Total

Preço total em R\$ por extenso:

Validade da Proposta:

Prazo de Entrega:

Local de Entrega:

DADOS DA LICITANTE

Razão Social/Nome:

Endereço:

Município:

Estado:

CEP:

CNPJ/CPF/MF:

Fone: ()

Fax: ()

Banco _____ Agência _____ Numero Conta _____ (para ser efetuado o pagamento)

Responsável pela assinatura contrato:

Cargo:

CPF:

Fone: ()

Fax: ()

Local e data: Assinatura/Carimbo

Observação: Emitir em papel timbrado da licitante.



ANEXO II
PREGÃO PRESENCIAL ____/2017

DECLARAÇÃO

_____ inscrito no CNPJ
n. _____ por intermédio de seu representante legal o(a)
Sr(a) _____ portador(a) da Carteira de Identidade
no _____ e do CPF no _____, DECLARA que
cumpramos o inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e que não possuímos em nosso
quadro pessoal empregados com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso
ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a
partir de 14 (quatorze) anos.

Local e Data:

Nome, cargo e assinatura
Razão Social da empresa

Observação: Emitir em papel timbrado da licitante



ANEXO III
PREGÃO PRESENCIAL ____/2017

MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

NOME/RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA: _____
CNPJ: _____
ENDEREÇO: _____

DECLARAMOS para efeitos do atendimento do subitem 9.1.1, do Edital de Pregão nº/2017 promovido Prefeitura Municipal de Tijucas/SC, conforme exigido pelo inciso VII, do art. 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que atendemos plenamente as condições de habilitação estabelecidas neste Edital.

Local e Data:

Nome, cargo e assinatura
Razão Social da empresa

Observação: Emitir em papel timbrado da licitante



ANEXO IV
PREGÃO PRESENCIAL ____/2017

(Modelo a ser preenchido pela Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte)

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Nome da empresa, qualificação, endereço, inscrita no CNPJ, neste ato representada por _____, portador de Cédula de Identidade, inscrito no CPF, DECLARA, sob as penalidades da Lei, que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do artigo 3º da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo parágrafo 4º, do artigo 3º da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006.

Local e Data

Nome e Assinatura do Representante Legal

Observação: Emitir em papel timbrado da licitante



ANEXO V
PREGÃO PRESENCIAL ____/2017

TERMO REFERÊNCIA

Em razão da necessidade da **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE CAMINHÃO DE HIDROJATO, COM BOMBA DE HIDRO COM NO MÍNIMO 3556PSI E 250 BAR PARA LIMPEZA E DESASSOREAMENTO DE ESTAÇÃO ELEVATÓRIAS DE ESGOTO SANITÁRIO (EEE), DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO (ETE), EMISSÁRIOS E TUBULAÇÕES DO SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO (SES) DO SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA, DEVIDAMENTE HABILITADOS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES NOS ANEXOS**, o Chefe do Poder Executivo autorizou a abertura de procedimento licitatório na modalidade Pregão, com vistas à aquisição em epígrafe.

1. A entrega/serviços deverá atender às exigências abaixo discriminadas:

1.1. O serviço será prestado de acordo com a necessidade do SAMAE no município de Tijucas/SC, o prazo máximo para iniciar a prestação dos serviços será de até 05 (cinco) dias úteis após a solicitação.

1.2. No caso do adjudicatário não aceitar a Autorização de Fornecimento - AF, o mesmo ficará sujeito às penalidades da legislação em vigor, sendo os demais licitantes convocados por ordem de classificação, enquanto houver conveniência para a Administração Pública;

1.3. A proposta deverá apresentar quantidade, preço unitário, preço total especificação do objeto;

1.4. Para fins de julgamento será considerada vencedora a proposta que apresentar o **MENOR PREÇO POR ITEM**, uma vez atendida as condições do Edital, sendo que nos preços apresentados deverão ser inclusos todas as despesas e encargos diversos;

2. O pagamento será:

2.1. Realizado em até 30 dias, após a entrega do objeto licitado, mediante apresentação da Nota Fiscal Eletrônica.

2.2. SOMENTE será realizado mediante apresentação da **NOTA FISCAL ELETRÔNICA**, conforme Protocolo ICMS n. 042, de 03 de julho de 2009.

2.3. A Empresa deverá comprovar que seu objeto social é pertinente e compatível como objeto desta licitação.



3. Qualificação Técnica – Apresentar:

3.1. Certificado de Registro e regularidade da empresa (Certidão Pessoa Jurídica) junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA ou Conselho Regional de Química - CRQ, dentro do seu prazo de validade.

3.2. Comprovação de que o responsável técnico indicado seja inscrito na entidade competente através de certidão de pessoa física.

3.3. Que o responsável pelos serviços, figura como Responsável Técnico pela empresa, através de:

a) Comprovação de vínculo empregatício através de CTPS ou,

b) Contrato de prestação de Serviço ou,

c) se sócio comprovação através de certidão simplificada

3.4. A empresa contratada deverá apresentar, no mínimo, um profissional responsável técnico de nível superior, conforme legislação vigente, em seu quadro de funcionários, ou como prestador de serviços. Este profissional deverá emitir Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), Anotação de Função Técnica (AFT), ou documento equivalente, junto ao respectivo conselho de classe competente, comprovadamente habilitado para a atividade objeto desta licitação.

3.5. Apresentação de atestado de capacidade técnica, que comprove já ter fornecido materiais da natureza da presente licitação, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, informando sempre que possível, quantidades, valores e demais dados técnicos, nome, cargo e assinatura do responsável pela informação, bem como se foram cumpridos os prazos de entrega e a qualidade dos materiais, devidamente registrado e acervado na entidade competente.

3.6. Declaração de que possui local próprio para descarga dos dejetos (ETE).

3.7 Ou contrato com terceiro.

3.8 Os documentos para confirmação das duas situações apresentadas no ITEM 3.6 e 3.7 são:

a) Contrato com empresa devidamente Licenciada para destino final. (caso contratada);

b) LAO (licença ambiental de operação) do tratamento e ou destinação final em vigência (da empresa contratada);

c) Contrato Social (da empresa contratada).

3.9. LAO (licença ambiental de operação) para transporte emitida pela FATMA, em nome da licitante.

3.10. Cadastro Técnico Federal do IBAMA, Lei nº 10.165 de 27/02/2000, por ser tratada de atividade potencialmente poluidora de acordo com a Resolução nº13 Consema.



- 3.11. Alvará Sanitário de Funcionamento da Sede da Licitante.
- 3.12. Licença Sanitária dos Veículos para Transporte de Dejetos – Expedido pela Vigilância Sanitária das sede da licitante.
- 3.13. Declaração que no prazo de 3 (três) dias úteis após a assinatura da Ata fará apresentação do veículo na sede da SAMA E de Tijucas, Sob Pena de INABILITAÇÃO.
- 3.14. Declaração que os veículos estejam em nome da licitante ou de seus sócios.
- 3.15. Que os caminhões tenham no Máximo 10(dez) anos de uso.
- 3.16. Declaração que tudo será destinado no local endereçado na documentação apresentada na habilitação.
- 3.17. Declaração de disponibilidade para troca do veículo no Máximo 1(uma) hora, para suprir a necessidade demandada.
- 3.18. Declaração de Inscrição de ANTT, em nome da licitante.
- 3.19. Após destinação final, a empresa deverá apresentar ao SAMA E, juntamente com a nota fiscal de serviço, o MTR referente ao recebimento do resíduo pelo local de destinação final.
- 3.20. Os pagamentos serão efetuados mensalmente, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos serviços realizados no mês anterior, após a emissão e recebimento pelo SAMA E da nota fiscal e da MTR devidamente assinada e carimbada pela unidade de destinação final.



ESTIMATIVA DE PREÇOS

O cálculo da despesa foi efetuado com base nos preços atuais praticados no mercado, conforme planilha abaixo, não podendo ultrapassar estes valores sob pena de desclassificação, conforme edital.

Item	Qtde	Unidade	Preço Máximo	Especificação
01	720	Hora	240,00	Contratação de Empresa Especializada para prestação de serviço de locação de caminhão hidrojato, com bomba de hidro com no mínimo 3556PSI e 250bar para limpeza e desassoreamento de estações elevatórias de esgoto sanitário (EEE), da estação de tratamento de esgoto (ETE), emissários e tubulações do Sistema de Esgoto Sanitário (SES) do SAMA E – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto do Município de Tijucas SC, com fornecimento de equipamentos, materiais e mão-de-obra, devidamente habilitados, de acordo com as especificações e condições constantes nos Anexos.

Valor Total: R\$ 172.800,00 (Cento e setenta e dois mil e oitocentos reais).

Observação: Emitir em papel timbrado da licitante



ANEXO VI
PREGÃO PRESENCIAL ____/2017

MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATO IMPEDITIVO

A empresa _____, CNPJ nº _____, sediada _____, declara, sob as penas da lei, que não está impedida de participar de licitações promovidas pela Prefeitura de Tijucas e nem foi declarada inidônea para licitar, inexistindo até a presente data fatos impeditivos para sua habilitação no processo licitatório, PREGÃO Nº ____/2017, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data,

carimbo (ou nome legível) e assinatura do Representante Legal

Observação: Emitir em papel timbrado da licitante



ANEXO VII

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE _____

I – IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMA E, pessoa jurídica de direito interno, com sede administrativa à Avenida Hercílio Luz, nº 465, Centro, na Cidade de Tijucas, Estado de Santa Catarina, inscrita sob o CNPJ 02.396.675/0001-27, neste ato representado pelo Presidente, **JORGE STEIL**, brasileiro, casado, agricultor, portador da cédula de identidade RG nº 893.968 (SSP/SC), inscrito no CPF/MF sob nº 450.203.459-20, residente e domiciliado na Rua Monsenhor Augusto Zucco, nº 674, Bairro Centro, na Cidade de Tijucas, Estado de Santa Catarina.

CONTRATADO: _____, sociedade empresaria limitada, estabelecida a Rua _____, nº _____, Bairro: _____, na Cidade de _____, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, neste ato representado por seu (Sócio administrador, procurador, representante, etc..), senhor....., brasileiro,(estado civil),(profissão), residente e domiciliado na Rua, nº....., Bairro, na Cidade de, Estado, portador da cédula de identidade RG nº., inscrito no CPF sob o nº....., resolvem firmar o presente Contrato, decorrente do Processo de Licitação _____, homologado em ___/___/___ mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei 8.666/93.

II – DO PROCEDIMENTO

Cláusula 1ª. As partes acima identificadas têm, entre si, justas e acertadas o presente Contrato de prestação de serviços, nos termos da Lei 8.666, 21 de junho de 1993, suas alterações e demais legislações pertinentes, assim como, pelas condições do Edital do **Processo de Licitação nº. 018/SAMA E/2017, Pregão Presencial nº 013/SAMA E/2017**, cujo processo foi homologado em ___ de ___ de 2017, e ainda, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

III – OBJETO

Cláusula 2ª. O presente contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE CAMINHÃO DE**



HIDROJATO, COM BOMBA DE HIDRO COM NO MÍNIMO 3556PSI E 250 BAR PARA LIMPEZA E DESASSOREAMENTO DE ESTAÇÃO ELEVATÓRIAS DE ESGOTO SANITÁRIO (EEE), DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO (ETE), EMISSÁRIOS E TUBULAÇÕES DO SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO (SES) DO SAMA E – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA, DEVIDAMENTE HABILITADOS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES NOS ANEXOS, conforme descrição no anexo V (termo de referência) do Edital do Processo de Licitação nº. 018/SAMA E/2017, Pregão Presencial nº 013/SAMA E/2017.

IV – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA

Cláusula 3ª. Integra e completa o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital do **Processo de Licitação nº. 018/SAMA E/2017, Pregão Presencial nº 013/SAMA E/2017**, juntamente com seus anexos e a proposta da **CONTRATADA**.

V – FORMA DE FORNECIMENTO

Cláusula 4ª. A execução do presente contrato dar-se-à sob a forma de Execução Indireta, sob regime de empreitada por preço unitário, mediante cronograma de trabalho definido pelo titular do SAMA E – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto ou funcionário designado.

VI – DAS CONDIÇÕES E PRAZO INICIAL DE EXECUÇÃO

Cláusula 5ª. O prazo máximo para iniciar a prestação dos serviços objeto do presente contrato será de até 05 (cinco) dias úteis após a solicitação formal efetuada pelo **CONTRATANTE**, através do SAMA E – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

§ 1º O objeto do presente Contrato deverá ser prestado mediante requisição ou solicitação do **CONTRATANTE**, devendo ser executado nos locais ou lugares indicados pelo SAMA E – Serviço Autônomo de Água e Esgoto, conforme endereço indicado nas autorizações e/ou solicitação de serviços, sem qualquer acréscimo pelo meio de locomoção dos equipamentos e/ou empregados do **CONTRATADO**.

§ 2º O **CONTRATANTE**, a cada pedido de prestação de serviço, especificará formalmente o local e a quantidades aproximadas de horas de execução.

§ 3º Necessitando de material para execução do reparo, o **CONTRATADO** deverá solicitar ao representante do **CONTRATANTE** para que providencie, pertencendo ao **CONTRATANTE** os custos desses materiais, exceto os equipamentos de trabalho que serão de responsabilidade do **CONTRATADO**.

§ 4º O prazo estabelecido no caput desta cláusula é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do Termo de Contrato, podendo ser prorrogado na forma do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.



Cláusula 6ª. Para a execução dos serviços o **CONTRATADO** indicará representante, que responderá perante a Administração por todos os atos e comunicações formais, bem como, disponibilizará funcionários devidamente treinados e habilitados para tal fim.

Cláusula 7ª. O **CONTRATADO** se responsabilizará por toda e qualquer despesa com seus empregados, incluindo deslocamento, alojamento e alimentação.

Parágrafo único. O **CONTRATADO** será responsável também pelo fornecimento de todas as máquinas, equipamentos, ferramentas e instrumentos necessários para realização dos serviços.

Cláusula 8ª. Para proporcionar as boas condições da execução dos serviços o **CONTRATADO** deverá fornecer ao **CONTRATANTE** pelo menos um número de telefone fixo e/ou celular, bem como, um endereço de correio eletrônico para abertura de chamados de atendimentos e prestar assistência para a solução de dúvidas que permita manter as informações levantadas em perfeito funcionamento.

VII – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Cláusula 9ª. Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

- a) Efetuar o devido pagamento ao **CONTRATADO** referente aos serviços executados, em conformidade com as Cláusulas previstas neste contrato;
- b) dar ao **CONTRATADO** as condições necessárias à regular execução do Contrato;
- c) promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando ao **CONTRATADO** as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele;
- d) Notificar por escrito o **CONTRATADO**, a respeito de qualquer irregularidade constatada na prestação dos serviços, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas neste contrato;
- e) notificar previamente ao **CONTRATADO**, quando da aplicação de penalidades.

VIII – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Cláusula 10ª. Constituem obrigações do **CONTRATADO**:

- a) obriga-se a fornecer os serviços com os equipamentos na forma ajustada de acordo com o objeto deste contrato, fornecendo-os dentro dos padrões de qualidade e de acordo com as diretrizes e especificações estabelecidas no Edital do **Processo de Licitação nº. 018/SAMAE/2017, Pregão Presencial nº 013/SAMAE/2017** e seus anexos;
- b) atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato, bem como, pelo seguro para a garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade;



- c) manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na confecção deste contrato;
- d) apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na confecção do contrato, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- e) cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho;
- f) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do presente Contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;
- g) responsabilizar-se-á por todos os danos causados ao **CONTRATANTE** e/ou terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, provocados pela negligência, imprudência ou imperícia quando da execução dos serviços;
- h) responderá integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do art. 70 do código de processo civil, no caso de, em qualquer hipótese, empregados e prepostos do **CONTRATADO** em intentarem reclamações trabalhistas contra o **CONTRATANTE**;
- i) deverá providenciar afastamento imediato, do local da execução do serviço, de qualquer empregado cuja permanência seja por ele (**CONTRATANTE**) considerado inconveniente;
- j) deverá comunicar ao **CONTRATANTE** qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do Contrato, nos casos estabelecidos no art.65 da Lei 8.666/93;
- l) não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente contrato, sem a prévia e expressa anuência do **CONTRATANTE**;
- k) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

IX – DO PREÇO

Cláusula 11^a. O valor a ser pago será de R\$ (...) para os serviços prestados.

Parágrafo único. As quantidades previstas na estimativa de preço do Edital do **Processo de Licitação nº 018/SAMAE/2017, Pregão Presencial nº 013/SAMAE/2017** são aquelas previstas no desenrolar dos serviços, sendo apenas estimadas, não se obrigando o **CONTRATANTE** adquiri-lás na sua totalidade, fazendo de acordo com o desenvolvimento das atividades, observando-se de qualquer forma o que dispõe o § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.



X – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Cláusula 12ª. O representante do **CONTRATANTE** especialmente designado para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato efetuará o controle dos serviços, emitindo o competente relatório ou atestado de execução dos serviços, citando o equipamento utilizado, bem como, a via ou correio em que foi prestado o serviço e as quantidades de horas empregadas na sua realização.

Parágrafo único. As atividades descritas nesta cláusula, serão executadas pelo titular do SAMA E – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto ou funcionário por ele designado.

Cláusula 13ª. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dia útil do mês subsequente ao mês prestados, mediante apresentação de relatório ou atestado dos serviços prestados, elaborado pelo representante designado pelo **CONTRATANTE**.

Cláusula 14ª. O **CONTRATADO** deverá apresentar nota fiscal, referente ao período vencido, tendo o **CONTRATANTE**, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, para a sua conferência, observados a comprovação de regularidade dos encargos trabalhistas, especialmente FGTS, INSS, e PIS, referentes ao mesmo período, através das cópias das guias de recolhimento ou certidões emitidas pelos respectivos Órgãos responsáveis, bem como comprovar sua regularidade fiscal através de certidão negativas Federal, Estadual e municipal.

Cláusula 15ª. Somente após o cumprimento da cláusula anterior será autorizado o pagamento ao **CONTRATADO**, em até 30 (trinta) dia útil após a prestação do serviço, e será realizado por meio de Ordem Bancária e mediante crédito em conta-corrente no domicílio bancário informado pelo **CONTRATADO**.

Cláusula 16ª. No caso em que se verificar que o documento de cobrança apresentado encontra-se em desacordo com o estabelecido, a documentação será restituída para as correções cabíveis, mediante notificação, por escrito, contando-se novo prazo para pagamento a partir de sua reapresentação.

Cláusula 17ª. O **CONTRATANTE** pagará as faturas somente ao **CONTRATADO**, vedada sua negociação com terceiros ou sua colocação em cobrança bancária.

Cláusula 18ª. Na eventualidade da aplicação da multa prevista na Cláusula 31ª, esta deverá ser liquidada simultaneamente com o pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

Cláusula 19ª. A Nota Fiscal deverá ser protocolada em 01 (uma) via, na Secretaria da Administração e Finanças do **CONTRATANTE**.

XI – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Cláusula 20ª. A despesa referente ao objeto do presente contrato correrá por conta da previsão orçamentária prevista para o ano de 2017, nas seguintes dotações:



Cód. Red	Unid. Orçamentária	Proj./Ativ.	Elemento Despesa
13	15.01	2.055	3.3.90.00.00.00.00.00

XII – DO REAJUSTE DO CONTRATO

Cláusula 21ª. O preço é fixo e irrevogável, ficando ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico financeiro do contrato, conforme disposto no art. 65, alínea "d", da Lei Federal nº. 8.666/93.

Cláusula 22ª. Caso ocorra o desequilíbrio econômico financeiro do contrato, o **CONTRATADO** deverá solicitar formalmente ao **CONTRATANTE**, devidamente acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido.

XIII – DAS CONDIÇÕES GERAIS

Cláusula 23ª. O presente instrumento não gera qualquer tipo de vínculo trabalhista, entre os funcionários e/ou prepostos das partes contratantes com a outra parte, arcando cada qual com o pagamento de todos os tributos e encargos, decorrente deste instrumento, que sejam de sua responsabilidade, quer sejam trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários, fiscais ou parafiscais, inclusive e em especial de seus empregados/prepostos que trabalharão para a realização do objeto deste contrato, e, especialmente aqueles denominados como FGTS, INSS, PIS, SEGURO.

Cláusula 24ª. Em caso de subcontratação dos serviços, o **CONTRATADO** deverá comunicar tal ao **CONTRATANTE**, com antecedência mínima de 10 (dez) dias. Neste caso, o **CONTRATADO** continuará responsável perante ao **CONTRATANTE** por todos os atos e obrigação inerentes ao contrato.

Cláusula 25ª. Sempre que houver interrupção dos serviços do **CONTRATADO** por qualquer motivo, este terá que comunicar o SAMAE- Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto do **CONTRATANTE**, sob pena de ser aplicada a multa prevista na cláusula 29ª deste contrato, por dia de atraso.

Cláusula 26ª. O **CONTRATANTE** reserva-se o direito de não receber os serviços em desacordo com o previsto neste contrato, podendo rescindi-los, nos termos do art. 78, da Lei Federal nº 8.666/93.

Cláusula 27ª. As partes se comprometem a manter a confidencialidade de todos os documentos envolvidos nesta prestação de serviços, de forma a proteger informações privilegiadas de processos administrativos e documentos do **CONTRATANTE** e **CONTRATADO**, com exceção daqueles que por força de lei são considerados públicos.

Cláusula 28ª. Qualquer outro imposto, taxa ou contribuição, existente ou que venha a existir, onerando o custo do objeto deste contrato, deverá ser revisto pelas partes, ficando responsável pelo recolhimento de tais encargos, ressarcimento ou indenização aquele que efetivamente for determinado, pela legislação ou por acordo entre as partes.



XIV – DO PRAZO

Cláusula 29ª. O presente Contrato terá vigência de **12 (doze) meses contados do(a) assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado na forma do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.**

XV – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 30ª. O contrato poderá ser alterado nas mesmas condições contratuais, se houver acréscimos ou supressões que se fizerem necessários para aquisição do serviço, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, conforme estabelece o § 1º. do art. 65 da Lei 8.666/93, mediante justificativa apresentada pelo **CONTRATANTE**, e confecção de termo aditivo.

XVI – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA CASO DE INADIMPLENTO CONTRATUAL

Cláusula 31ª. Pelo atraso injustificado na execução dos serviços, extrapolando o prazo fixado nas cláusulas deste instrumento, acarretará ao **CONTRATADO** multa de mora de 0,5% (meio por cento) por dia até o limite de 10% (dez por cento) do valor total do contrato, a juízo da Administração Municipal.

Parágrafo único. A multa de que trata o item anterior não impedirá a rescisão unilateral do contrato pelo **CONTRATANTE**, na forma dos artigos 77 e seguintes da Lei 8.666/93.

Cláusula 32ª. A multa prevista na Cláusula 31ª será recolhida no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação da decisão administrativa que as tenha aplicado, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.

§ 1º. Os valores das multas serão fixados em real e convertidos pelo IPCA na data de sua liquidação, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, calculados sobre o valor da mesma.

§ 2º. Se o valor da multa não for pago ou depositado da maneira a ser determinada pelo gestor, será automaticamente descontado na primeira parcela de pagamento a que o **CONTRATADO** vier afazer jus.

Cláusula 33ª. Pelo descumprimento total ou parcial das condições previstas no contrato, o **CONTRATANTE** poderá aplicar ao **CONTRATADO** as sanções previstas no art. 87, da Lei 8.666/93, sem prejuízo da responsabilização civil e penal cabíveis, a seguir destacadas:

a) advertência;

b) multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;



d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Cláusula 34^a. As penalidades previstas neste contrato poderão deixar de ser aplicadas, total ou parcialmente, a critério do representante do **CONTRATANTE**, se entender as justificativas apresentadas pelo **CONTRATADO** como relevantes.

Cláusula 35^a. Não efetuando o pagamento dos serviços prestados até 30 (trinta) dias após a data do vencimento da parcela, ficará o **CONTRATANTE** em mora, independentemente de intimação, ensejando a cobrança de multa no valor de 2 % ao mês, além da atualização monetária proporcional ao tempo de atraso e juros legais de 6% (seis por cento) ao ano.

XVII – DOS RECURSOS

Cláusula 36^a. Da aplicação das penas pecuniárias previstas nas cláusulas anteriores, caberá recurso no prazo de 03 (três) dias úteis de intimação do ato, à autoridade competente, o qual poderá reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para apreciação e decisão, dentro do mesmo prazo.

XVIII – DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

Cláusula 37^a. No caso de declaração de inidoneidade, prevista neste contrato, caberá pedido de reconsideração a autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

XIX – DA RESCISÃO

Cláusula 38^a. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Cláusula 39^a. A rescisão do contrato poderá ser:

- a) determinado por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos Incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93, mediante notificação através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem prejuízo das penalidades previstas neste Contrato;
- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração; e
- c) judicial, nos termos da legislação.



Parágrafo único. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

XX – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E OS CASOS OMISSOS

Cláusula 40ª. O presente Instrumento Contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Cláusula 41ª. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

XXI – DA TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS E COMUNICAÇÕES

Cláusula 42ª. A troca eventual de documentos e comunicações entre as partes contratantes serão feitas por escrito e mediante protocolo.

XXII – DA FISCALIZAÇÃO

Cláusula 43ª. A execução dos serviços, objeto deste Contrato, sem prejuízo da única e exclusiva responsabilidade do **CONTRATADO**, deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor a ser designado através de portaria, indicado na forma do art. 67 da Lei 8.666/93.

Cláusula 44ª. Caberá ao responsável pela fiscalização do contrato:

- a) Solicitar ao **CONTRATADO** e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providencias necessárias ao bom andamento dos serviços;
- b) Assegurar-se de que os equipamentos alocados a obra pela contratada corresponde ao contratado para prestar os serviços;
- c) Fiscalizar o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pelo **CONTRATADO**, compatível com os registros previstos no subitem anterior, no que se refere à execução do contrato;
- d) Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial aplicação de sanções e alterações do contrato;
- e) Promover reunião com os usuários, a fim de verificar as possíveis interferências dos serviços, de formar a minimizar os transtornos durante a sua execução.

Cláusula 45ª. A fiscalização se reserva o direito de:

- a) Recusar os serviços que julgar de má qualidade ou que estiver em desacordo com as especificações;



b) Exigir substituição de funcionários do **CONTRATADO** ou do subcontratado por motivos técnicos ou por má conduta perante a fiscalização ou servidores do **CONTRATANTE**;

c) Exigir habilitação profissional dos operadores dos equipamentos utilizados na prestação de serviços, objeto deste contrato;

d) Durante a execução dos serviços, emitirem relatórios de avaliação e desempenho do **CONTRATADO**.

Cláusula 46ª. A execução dos serviços deve atender às seguintes normas e práticas complementares:

a) Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos;

b) Instruções e Resoluções relacionadas a segurança do trabalho;

c) Normas Técnicas da ABNT e do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO).

XXIII – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

Cláusula 47ª. O recebimento dos serviços se dará:

a) Provisoriamente, quando previsto no edital, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do **CONTRATADO**, conforme art. 73, Inciso I, alínea (a) da Lei 8.666/93.

b) Definitivamente, nos termos do art. 73, Inciso I, alínea (b), após o recebimento provisório, o servidor ou comissão designada pela autoridade competente, receberá definitivamente os serviços, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação hábil, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, ficando o **CONTRATADO** obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

Cláusula 48ª. O **CONTRATANTE** rejeitará, no todo ou em parte os serviços executados em desacordo com o contrato e com a legislação pertinente.

Cláusula 49ª. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pela avença.

XXIV – DAS CONDIÇÕES EXIGIDAS NA CONTRATAÇÃO

Cláusula 48ª. O **CONTRATADO** compromete-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de



habilitação e qualificação exigidas no processo de licitação e contratação, nos termos do artigo 55, inciso XIII, da Lei n.º 8.666/93.

XXV – DA ANÁLISE

Cláusula 49ª. A minuta do presente Contrato foi devidamente analisada e aprovada pelo Representante Legal do **CONTRATANTE** e da **CONTRATADA**, conforme determina a legislação em vigor.

XXVI – DA PUBLICAÇÃO

Cláusula 50ª. A publicação resumida deste instrumento, na Imprensa Oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo **CONTRATANTE** até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias a partir daquela data, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

XXVII – DO FORO E DOS PROCEDIMENTOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Cláusula 51ª. As Partes empreenderão seus melhores esforços no sentido de dirimir quaisquer conflitos de interesses que possam surgir em decorrência da execução deste Contrato, sem prejuízo de serem tomadas a qualquer tempo as medidas administrativas e/ou judiciais cabíveis.

Cláusula 52ª. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do contrato, as partes elegem o foro da Comarca de Tijucas, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

Tijucas (SC), de de 2017.

CONTRATANTE

CONTRATANTE

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1) _____
Nome:
CPF/MF nº

2) _____
Nome:
CPF/MF nº